

Divinópolis/MG, 08 de Fevereiro de 2019

13º salário: Servidores aprovam ato de protesto para o dia 13 para cobrar o pagamento

Na assembleia, foi eleita também “Comissão de Servidores” para estudo da proposta de revisão do PCCS e Estatuto

Fotos: Flávia Brandão/Sintram



Na assembleia realizada nesta quinta-feira no auditório do Sintram, os servidores municipais de Divinópolis aprovaram o ajuizamento de um mandado de segurança para garantir o pagamento do 13º



Integrantes da Comissão do PCCS: o diretor de planejamento, Marco Aurélio, os servidores Juliano Vieira e Kelly Viviane, o vice-presidente Wellington Silva e o servidor Júlio César Pereira

O Sintram promoveu ontem (07/02) assembleia com os servidores públicos municipais de Divinópolis com o objetivo de discutir ações diante do atraso e a incerteza em relação ao pagamento do 13º salário. Entre as principais ações, foi deliberado um “Ato de Protesto” no próximo dia 13, quarta-feira, às 12 horas, em frente ao Centro Administrativo de Divinópolis. Além disso, a categoria determinou que seja ajuizado um Mandado de Segurança Coletivo, solicitando bens da Prefeitura em garantia para quitação de dívidas trabalhistas relativas ao décimo 13º salário, sugerindo o convite ao Sintemmd para ingresso na ação.

Devido ao fato da presidente Luciana Santos estar de licença médica, a assembleia foi aberta pelo vice-presidente, Wellington Silva, que deu boas-vindas aos servidores e leu o ofício da Prefeitura de Divinópolis em resposta a cobrança feita pelo sindicato acerca do 13º salário e também do envio de relatórios financeiros semanais, que detalhem a situação econômica do município (receitas/despesas). No ofício, a Secretária de Fazenda alegou que a administração tem “trabalhado arduamente no sentido de priorizar a quitação de verbas salariais dos servidores”, mas atualmente não é possível fazer uma previsão para o pagamento do 13º salário, visto que o governo de Minas continua retendo as verbas destinadas aos municípios, e que tais recursos são fundamentais para elaboração do fluxo de pagamento.

Ainda no ofício, Suzana Xavier afirma que somente neste ano são mais de 11 milhões retidos referentes às verbas de ICMS, IPVA e FUNDEB e mais de 100 milhões referentes ao ano passado. A secretária cita que em 30/01 houve um audiência de conciliação,

onde o governador Romeu Zema comprometeu-se perante à Justiça regularizar os repasses, a partir de fevereiro, mas a ação não está sendo cumprida e em sete dias só do mês de fevereiro 1,6 milhões não chegaram ao município. Ainda em relação ao envio de relatórios semanais, conforme pedido do sindicato, a secretária enviou o passo a passo para acesso ao Portal da Transparência, e se colocou à disposição para esclarecimentos ao sindicato.

PROPOSTAS

No “Ato de Protesto” marcado para o próximo dia 13 para cobrar o pagamento do 13º salário, a categoria pretende mostrar também a insatisfação com a falta de compromisso moral do prefeito Galileu com o enxugamento da máquina pública já que mesmo com a falta de recursos as nomeações para cargos comissionados continuam rotineiramente. Também como proposta retirada da assembleia o funcionalismo deliberou a cobrança do pagamento dos juros, que incidem sobre as dívidas atrasadas dos servidores, de forma que a Prefeitura minimize assim os prejuízos causados pelos atrasos no pagamento.

INFORMES

Também na assembleia, foi informado o resultado da ação coletiva ajuizada em novembro de 2017 para cobrança das revisões salariais do funcionalismo, sendo 4,27% relativo a 2016 e 3,86% em 2017. O juiz Núbio Parreiras, da Vara de Fazendas Públicas em Divinópolis, julgou improcedente o pedido, porém a

equipe de advogados que cuida da ação, irá preparar o devido recurso contra essa decisão. (confira matéria completa nesta edição).

Ainda na assembleia, a diretoria do Sintram informou que teve um encontro na sede da Prefeitura, a quarta-feira (06/02), a pedido dos conselheiros do Diviprev, com os representantes do Executivo, para discutir a necessidade de votação do “Segregação de Massas”. O secretário Demétrio Bento, que foi um dos diretores presentes no encontro, afirmou que o sindicato deixou claro que está aguardando o contato com um atuário para um parecer independente sobre a proposta, conforme deliberação da última assembleia, que tratou do assunto.

PLANO DE CARREIRA

Ao final da assembleia, foi encaminhada a eleição dos servidores que irão compor a comissão de estudo do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Servidores de Divinópolis e Estatuto dos Servidores em conjunto com SINTRAM e SINTEMMD, analisando a proposta enviada pela administração municipal. De acordo com o vice-presidente Wellington Silva, após esses estudos da Comissão será convocada uma assembleia para que o funcionalismo delibere sobre o assunto. Os servidores Juliano Vieira dos Santos, Kely Viviany da Silva e Júlio Cesar Pereira foram os eleitos para desempenhar esse trabalho junto com os diretores do Sintram e Sintemmd.

O SINTRAM INFORMA: Farmácia Central – 25 anos

A Farmácia Municipal Central comemora 25 anos em novo endereço. O serviço realizou 250.283 atendimentos em 2018, com média semanal de 4.813 atendimentos e de 963 atendimentos/dia. O atendimento na Rua São Paulo, nº 7, passou a ser feito a partir de 12 de janeiro deste ano, e a meta é atender a 90% das necessidades de adoecimento da população: doenças crônicas, antibióticos, vitaminas, anticoncepcionais, entre outros. A Farmácia Complementar concede gratuitamente remédios que não são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e também atende nesse endereço.

A Farmácia Central também possui programas estratégicos como o Cessação do Tabagismo (antifumo) com a distribuição de adesivos e gomas de nicotina, desde que o usuário se vincule a um grupo de apoio. O médico que acompanha o grupo fará a avaliação da necessidade de reposição de nicotina.

A população tem acesso aos medicamentos por meio de oito farmácias: Central, São José, Nossa Senhora das Graças, Niterói, Ermida, SAE, farmácia Complementar e farmácia privativa do Serviço de Referência em Saúde Mental (Sersam).

Juiz rejeita ação do Sintram que pleiteia aplicação da Lei do Gatilho

Sindicato anuncia que vai recorrer da decisão

Foto: Jotha Lee/Sintram – 05/05/2017



O advogado Celso Pimenta, um dos titulares da ação, na primeira reunião com a presidente do Sintram, Luciana Santos, e com os servidores, avaliou que a categoria está amparada pela Lei 8.083

O Juiz Núbio de Oliveira Parreira, titular da Vara de Fazendas Públicas e Autarquias, julgou improcedente a ação coletiva movida pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) contra a Prefeitura de Divinópolis, para cumprimento da Lei 8.083/2015, a chamada Lei do Gatilho. A ação foi impetrada em maio de 2017 e a sentença em primeira instância foi publicada na tarde de quarta-feira (6/02), quase dois anos após o início de sua tramitação.

A ação foi um pedido aprovado em assembleia dos servidores municipais, após o Executivo descumprir a legislação municipal e não conceder a revisão salarial integral, conforme definido pelas regras vigentes. Em atendimento à categoria, o Sintram contratou o escritório Alvim, Murilo & Mendonça Advogados Associados, de Belo Horizonte, especialista nesse tipo de ação.

A lei 8.083, aprovada e sancionada em 2015, estabeleceu o indexador para a revisão automática anual nos vencimentos dos servidores públicos

municipais de Divinópolis. A legislação determina a incorporação automática integral aos salários do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pela Fundação Ipead, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Além do cumprimento do gatilho salarial referente a 2017, conforme determina a lei, a ação requereu, ainda, a reposição das perdas verificadas em 2016, último ano da administração do ex-prefeito Vladimir Azevedo (PSDB), quando o Executivo concedeu 7% de revisão, em duas parcelas, contra uma inflação de 11,27%. Em 2017, o prefeito Galileu Machado (MDB), também afrontando a Lei 8.083, concedeu apenas 4% de reposição em duas parcelas, contra um IPCA acumulado em 7,86%, índice legal que deveria ter sido concedido automaticamente aos servidores. No total, a ação requereu a reposição de 8,13%, que corresponde às perdas de 4,27% em 2016 e 3,86% referente a 2017.

DECISÃO

A decisão pela improcedência da ação argumenta inicialmente que, quanto as perdas reivindicadas pelo Sindicato referentes a 2016, “verifica-se que a questão já foi definitivamente julgada em virtude da homologação de acordo celebrado entre as partes”. O juiz se refere ao acordo firmado junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em maio de 2016, que permitiu o fim de um movimento grevista que durou 38 dias. “O princípio da indisponibilidade salarial não impede que questões pontuais sejam moduladas pelas partes; e foi precisamente isso que ocorreu ao transacionarem sobre a questão, fazendo concessões recíprocas que, afinal, foram placitadas pelo Judiciário mediante a prolação de sentença definitiva, razão pela qual o feito deve ser extinto sem resolução do mérito nesse pormenor”, consta da decisão.

Quanto ao restante da ação, o juiz Núbio Parreira argumentou que o Judiciário não poderia interferir na questão. “Existem inúmeros julgados que demonstram a impropriedade e ilegitimidade de intervenção jurisdicional sobre decisões governamentais que dizem respeito à revisão geral

anual dos servidores públicos”. Mais adiante, ele cita o artigo 37, inciso X, da Constituição da República, que estabelece a “obrigatoriedade da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos”, acrescentando que “tal providência requer edição de lei específica, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo”. Divinópolis tem a referida legislação específica que regulamenta a revisão automática, ou seja, a Lei 8.083, sancionada em dezembro de 2015, cujos efeitos foram requeridos na ação.

O juiz Núbio Parreira finaliza sua argumentação para considerar a ação improcedente sem maiores análises sobre a inobservância da Lei 8.083, e conclui: “Não pode, o Poder Judiciário, determinar a revisão remuneratória pleiteada, sob pena de violar o princípio constitucionalmente consagrado, da separação dos poderes”.

O diretor jurídico do Sintram, Antônio Leonardo Rosa, já anunciou que o Sindicato vai recorrer da decisão em segunda instância. A ferramenta jurídica a ser utilizada no recurso deverá ser definida pelo escritório Alvim, Murilo & Mendonça Advogados Associados, titular na ação coletiva.

Câmara municipal marca audiência pública para discutir situação do Diviprev e projeto de segregação de massas

Fotos: Diretoria de Comunicação/CMD



Os vereadores Edson Sousa e Eduardo Print Júnior se manifestaram sobre a situação do Diviprev. Edson Sousa pediu audiência pública e Print Júnior disse ser justo o pedido do Sintram para que nenhuma matéria relacionada ao Diviprev, seja votada até que o MP conclua as investigações



O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Divinópolis (Diviprev), que essa semana foi o centro das atenções em função de uma ação do Ministério Público e da Polícia Civil no [combate a processos licitatórios fraudulentos](#), terá sua situação debatida em audiência pública marcada pela Câmara Municipal para o próximo dia 22 de fevereiro, a partir de 19h. Também fará parte da pauta da audiência como tema central, o projeto de segregação de massas, que prevê uma revisão na legislação do

Instituto, a fim de estancar a crise atuarial, que já está próxima de R\$ 1 bilhão da chamada dívida técnica.

No ano passado, a prefeitura protocolou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 10/2018, que previa a segregação de massas, porém o teor da proposta não foi aprovado pelos servidores e por seus sindicatos representativos. Em uma negociação com a administração, ficou definido que a proposta seria retirada e um novo projeto para tratar do tema seria apresentado pelo Executivo. Conforme o acordo, no

dia 18 de janeiro, o Executivo solicitou a retirada do PLC 10/2019, e no dia 23 do mesmo mês, protocolou o PLC 01/2019, que já está em tramitação. De acordo com a justificativa do projeto, “a alteração ora proposta não irá repercutir nos vencimentos dos servidores, já que o presente projeto trata somente do plano de amortização do déficit atuarial de responsabilidade exclusiva dos poderes públicos municipais”.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) já [encaminhou ofício a todos os vereadores](#), solicitando que nenhum projeto relacionado ao Diviprev seja votado, até que o Ministério Público conclua a investigação das denúncias de fraudes em licitações. O sindicato também solicitou [manifestação do Ministério Público](#) nesse sentido.

Após a solicitação formulada pelo Sintram, o vereador Edson Sousa (MDB), anunciou que não votará nenhuma proposta envolvendo o Diviprev, até que tudo seja esclarecido. Também foi por iniciativa de Edson Sousa, que a Câmara marcou a audiência pública para discutir a nova proposta de segregação de massas. O vereador encaminhou na sessão de ontem o requerimento com o pedido de audiência pública, que teve a assinatura de 13 vereadores. O presidente da Câmara, Rodrigo Kaboja (PSD), anunciou que o pedido será acatado e a audiência ocorrerá no dia 22 de fevereiro. O líder do prefeito na Câmara, vereador Eduardo Print Júnior (SD), também registrou o ofício encaminhado pelo Sintram e disse que é justo o pedido formulado pelo Sindicato para que as matérias relativas ao Diviprev não sejam votadas até a apuração da denúncias e também depois de uma ampla discussão sobre o projeto de segregação de massas.

Pedido de CPI “Lava Toga” é protocolado no Senado; veja quem assinou

Foi protocolado nesta quinta-feira (07), no Senado, o requerimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Cortes Superiores. O senador Alessandro Vieira (PPS-SE), que vinha coletando assinaturas desde o início da semana, chegou nesta quinta às 27 adesões necessárias.

Chamada nos bastidores de “CPI Lava Toga”, a comissão quer investigar o funcionamento de órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF) e pretende inclusive convidar ministros da Corte para darem depoimento. O requerimento é focado em quatro pontos.

Um deles é o “uso abusivo” de pedidos de vista ou outras manobras que atrasam as decisões das Cortes. Outra frente de investigação pedida pelos parlamentares é o “cotidiano desrespeito ao princípio do colegiado” – segundo Alessandro, os tribunais se transformaram “em um aglomerado de juízes monocráticos”.

Ainda na área dos procedimentos jurídicos, a CPI quer examinar a “diferença abissal do lapso de tramitação de pedidos, a depender do interessado”. O

congressista do PPS reclama que “há pedidos idênticos [que chegam às Cortes Superiores] que, para algumas pessoas demora um ano e para outras, algumas horas”.

O último tópico visado pela CPI é “a participação de ministros em atividades econômicas incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura”; ou seja, apurar casos de magistrados com atividades remuneradas que entrariam em conflito de interesses com o cargo. O Congresso em Foco pediu manifestações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação de Magistrados do Brasil (AMB) sobre o pedido de CPI e aguarda retorno.

Veja a lista dos senadores que assinaram:

- 1- Alessandro Vieira (PPS-SE)
- 2- Marcos do Val (PPS-ES)
- 3- Eliziane Gama (PPS-MA)
- 4- Reguffe (sem partido-DF)
- 5- Styvenson Valentim (Podemos-RN)
- 6- Eduardo Girão (Podemos-CE)
- 7- Álvaro Dias (Podemos-PR)
- 8- Selma Arruda (PSL-MT)

9- Fabiano Contarato (Rede-ES)
10-Tasso Jereissati (PSDB-CE)
11-Cid Gomes (PDT-CE)
12-Jorge Kajuru (PSB-GO)
13-Kátia Abreu (PDT-TO)
14-Soraya Thronicke (PSL-MS)
15-Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
16-Leila Barros (PSB-DF)
17-Sergio Petecão (PSD-AC)
18-Lasier Martins (Podemos-RS)
19-Major Olimpo (PSL-SP)

20-Eduardo Braga (MDB-AM)
21-Luiz Carlos do Carmo (MDB-GO)
22-Rodrigo Cunha (PSDB-AL)
23-Plínio Valério (PSDB-AM)
24-Jayme Campos (DEM-MT)
25-Luis Carlos Heinze (PP-RS)
26-Telmário Mota (Pros-RR)
27- Izalci Lucas (PSDB-DF)

Fonte: Congresso em Foco

Casas de Itatiaiuçu são evacuadas após risco de rompimento de barragem



Moradores do distrito de Pinheiros, em Itatiaiuçu (MG), a 76 quilômetros de Divinópolis, estão deixando suas casas na manhã desta sexta-feira (8) após risco de rompimento de uma barragem da produtora de aço ArcelorMittal. O município fica na região Centro-Oeste do Estado. As informações são do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. De acordo com a corporação, a situação está controlada no momento.

Na madrugada de hoje (8), cerca de 500 moradores de outro município mineiro, Barão de Cocais, a 100 km de Belo Horizonte, foram retirados de suas casas por causa da Barragem Sul Superior da Mina de Gongo Seco, da mineradora Vale. A prefeitura informou, em nota, que foi acionado o nível 2 de risco da barragem. A decisão foi

tomada diante de observações e monitoramentos feitos pela Agência Nacional de Mineração, Defesa Civil do estado e do município e pela própria Vale.

ÚLTIMO BALANÇO DE BRUMADINHO – 157 MORTOS

A Defesa Civil de Minas Gerais informou, na tarde desta sexta-feira (8), que subiu para 157 o número de mortes em consequência do rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, há cerca de duas semanas, em Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte.

Deste total, foram identificadas 134 vítimas. As equipes ainda buscam 182 desaparecidos. Segundo a Defesa Civil, entre os não localizados, 55 são da equipe da Vale, proprietária da mina, e os demais (127) são moradores e turistas que estavam nos arredores da barragem rompida.

Já os localizados totalizaram 393. Destes, 294 são classificados pela Defesa Civil como encontrados da lista da mineradora e 169 de moradores da comunidade. O balanço da Defesa Civil ainda registra a existência de 133 desabrigados, que foram retirados de suas casas, que apresentavam riscos ou foram destruídas, tendo sido levados a hotéis. Três pessoas ainda estão hospitalizadas.